

# OBJETO *a* E PRIVAÇÃO. UM CASO DE RETROAÇÃO SIGNIFICANTE NA TEORIA PSICANALÍTICA

---

Frédéric Pellion

Doutor em Medicina  
e em Ciências  
Humanas Clínicas  
(Psicopatologia  
Fundamental  
e Psicanálise).  
Psiquiatra no Centro  
Hospitalar Sainte-  
Anne. Psicanalista.  
Professor na  
Universidade  
de Paris V, na  
Universidade de  
Paris VII e no  
Colégio Clínico de  
Paris. Membro da  
Escola de Psicanálise  
dos Fóruns do  
Campo Lacaniano.

Tradução: Contra  
Capa

**RESUMO:** Desenvolve-se a hipótese de que a elaboração da “categoria” particular de “falta de objeto” que é a privação, feita por Lacan ao longo do quarto ano de seu *Seminário*, não apenas antecipa a “invenção” ulterior do objeto *a*, como também se revela, *a posteriori*, algo que lhe é necessariamente prévio.

**Palavras-chave:** Objeto *a*, privação, estrutura, sujeito.

**ABSTRACT:** Object *a* and privation. A significant case of retroaction in the psychoanalytic theory. A hypothesis is developed so that the elaboration of a particular category of “lack of object”, which is the privation, done by Lacan throughout his fourth year in the *Seminary*, not only anticipates the ulterior “invention” of object *a*, but it also reveals, later, something that will be previously necessary to him.

**Keywords:** Object *a*, privation, structure, subject.

**M**inha exposição pretende, a princípio, dar uma pequena contribuição a um problema de história bastante controverso: a data da “invenção” do objeto *a* por Jacques Lacan.<sup>1</sup> Em seguida, gostaria de ilustrar o que me parece ser uma regra em nossa disciplina, a saber, a de que as novas noções esclarecem naturalmente as mais antigas, merecendo a teoria analítica, portanto, ser qualificada de “discurso”, já que se comporta um pouco à maneira das “construções” freudianas (FREUD, 1937/1985), cuja enunciação antecipa a validação retroativa de algumas de suas precondições.

---

<sup>1</sup> Intervenção nas Jornadas da EPFCL, França, “O objeto *a* de Lacan: incidências clínicas, conseqüências técnicas”, Paris, 18 e 19 de novembro de 2006.

No que concerne ao objeto *a*, o termo “invenção” tem sua própria história, e essa história, alguma relevância. Com efeito, o termo foi empregado por Lacan em 1966, na sessão de seu Seminário que coincidiu com a publicação de seu *Escritos*: “O que você fez, dizia-me um deles [os psicanalistas], para ter de inventar esse objeto *a*?” (1966-67/inédito) — observemos, de passagem, a malícia desse exemplo de mensagem recebida sob forma invertida — e depois, outra vez, na terceira lição do Seminário, livro XVI: *de um Outro ao outro* (1968-69/2006, p.45): “Esse objeto *a*, em certo sentido, eu o inventei...”

A escolha e a reiteração do termo são, evidentemente, algo sustentado por Lacan no debate que o opõe àqueles alunos que parecem considerar essa “invenção” sobretudo uma “descoberta”, ou seja, um “tornar evidente” um objeto da realidade, ou da percepção, se quiserem, que bastaria ser valorizado para que seu uso encontrasse fundamentação.<sup>2</sup> Em suma, a invenção é um ato inseparável da enunciação do inventor, ao passo que a descoberta seria o resultado de uma apropriação de um novo fragmento da suposta “realidade não modificável”, cara a Freud.



Parece-me que o problema conceitual da privação ao mesmo tempo recorta e esclarece a distinção entre invenção e descoberta. Com efeito, a partir do momento em que se admite definir, de acordo com Lacan, a privação como falta real de um objeto simbólico — retomarei adiante à questão do agente —, surge o seguinte problema: como o sujeito, entendido como efeito de um discurso, pode apreender, nesse mesmo discurso, aquilo de que é privado? E quais as conseqüências dessa apreensão para o sujeito, mas também para o objeto?

O *Seminário*, livro 4: *A relação de objeto* (1956-57) segue metodicamente a redução do imaginário que guia Lacan rumo à elaboração de seu objeto *a*. E o projeto que, de certa maneira, constitui a coluna vertebral desse Seminário, o de uma “teoria da falta de objeto” (LACAN, 1956-57/1994), claramente participa dessa empreitada: a falta é o maior denominador comum da experiência dos sujeitos, em particular dos sujeitos neuróticos, podendo aparecer inclusive como o “sujeito”, no sentido original de solo, ou de base (DESANTI, 2001, p.12),<sup>3</sup> do discurso que é sustentado em análise. Isso, porém, não dispensa Lacan de elaborar essa teoria — e em termos de “relação de lugares” (LACAN, 1956-57/1994, p.17), já

<sup>2</sup> Palavra, por exemplo, repetida três vezes em uma mesma comunicação por Serge Leclaire, em 1971, de maneira quase encantatória (LECLAIRE, 1971/1999, p.151,158 e 159).

<sup>3</sup> Sobre esse ponto, cf. também Pellion, Frédéric, *Ce que Lacan doit à Descartes* (no prelo).

que ele ambiciona figurar as transformações da falta de objeto em um quadro (Idem, p.215) — sob o risco de tomar a evidência às avessas.

Entre as três, e apenas três,<sup>4</sup> “categorias” (LACAN, 1956-57/1994, p.37) teoricamente estáveis dessa falta de objeto tematizadas por Lacan — frustração, privação e castração —, a privação<sup>5</sup> sem dúvida é a mais difícil de compreender, de apreender de modo intuitivo: ela se assenta sobre o menos evidente, o mais impensável, isto é, sobre a hipótese de uma “falta real”, ou seja, de uma falta estranha a toda representação da falta que pode vir a ser articulada pelo sujeito a quem se supõe essa falta.

De fato, a partir do momento em que Lacan realiza uma espécie de redobramento do real, e observa que, “sendo o real pleno por sua própria natureza, é preciso, para fazer um *furo real*, introduzir nele um objeto simbólico” (Idem, p.250),<sup>6</sup> já que “uma privação só pode ser efetivamente concebida para um ser que articule algo no plano simbólico” (Idem, p.100), torna-se claro que essa falta só pode ser formulada do lugar do Outro, desde que entendido como um lugar absolutamente descentrado em relação ao lugar do sujeito faltante.



Podia-se ler, nas entrelinhas freudianas, certa discórdia entre duas faces contraditórias do objeto: uma representável e a outra não. Ora, a falta real, o “furo

<sup>4</sup> De fato, podemos observar que as combinações três a três (falta, objeto, agente) dos três registros (real, simbólico, imaginário) são teoricamente seis. Privação, frustração e castração só recobrem, portanto, a metade das combinações possíveis. Veremos adiante um exemplo de como as combinações intermediárias, em vez de serem recalçadas, sustentam a construção de conjunto.

<sup>5</sup> Nas seis primeiras lições do *Seminário*, livro 4, Lacan (1956-57/1994) estabelece, pouco a pouco, a seguinte definição da privação: “falta real de um objeto simbólico, causada por um agente imaginário”. A noção de agente é secundária ao longo do *Seminário* — lembremos que o quadro completo só figura na página 215 —, pois de algum modo ela é superestrutural, ou seja, completa a descrição fenomenal de uma hipótese sobre a causa.

<sup>6</sup> Essa idéia é esboçada na terceira lição: “É apenas a propósito do real, como algo completamente diferente do imaginário, que se pode falar de privação. Além disso, parece problemático [...] que um ser apresentado como uma totalidade possa se sentir privado de alguma coisa que, por definição, ele não tem. É um furo. [...] A ausência de alguma coisa no real é puramente simbólica” (Idem, p. 36-8). E se desdobra na lição seguinte do seguinte modo: “Quando digo que, em se tratando da privação, a falta é no real, isso quer dizer que ela não está no sujeito. Para que o sujeito aceda à privação, é preciso que ele conceba o real como podendo ser diferente do que ele é, ou seja, que ele o simbolize. A referência à privação, tal como ela é aqui apresentada, consiste em formular antes a simbólica — antes que possamos dizer coisas sensatas. [...] Para que o sujeito apreenda a privação, é preciso primeiro que ele simbolize o real” (Idem, p.55-56).

real” de que fala Lacan, parece ocupar o lugar estritamente antinatural evocado por Freud, quando, em 1896, aborda a sexualidade não apenas como uma “fonte independente de liberação de desprazer”, mas também como “a única possibilidade de ver uma lembrança produzir um efeito bem mais considerável do que o próprio incidente” (FREUD, 1896/1956, p.130-131) — proposição retomada por Lacan, quase ao pé da letra, no mesmo *Seminário*, livro 4: “a abordagem do objeto sexual apresenta uma dificuldade essencial que é de ordem interna” (1956-57/1994, p.59).

Assim, parece-me que a categoria de privação torna explícita a heterogeneidade do objeto: a primeira de suas faces, a simbólica, ocupa na privação o lugar das representações do objeto faltante, ao passo que a segunda, a real, intervém no lugar, rigorosamente distinto, da falta. As duas faces do objeto, porque se referem a registros distintos, não se recortam em nenhum outro ponto, e o mito de um agente pessoal responsável pela privação, em sua própria condição de mito — com ocorrências numerosas, mas estrutural e “regressivamente” idêntico ao “mito individual do neurótico” (Idem, p.228, 229 e 249 e ss) —, escava muito mais do que resolve essa heterogeneidade.



A necessidade de construir, uma vez mais, uma noção do objeto que retire as ambigüidades do parceiro libidinal do sujeito — que jamais poderia, por razões estruturais e não porque ligadas à imperfeição de sua natureza, ser plenamente “remediador” (FREUD, 1895/1956, p.95) — origina-se aí e, de imediato, pressiona.

No período inicial de seu ensino, Lacan tentará responder a essa necessidade explorando as conseqüências do que chama de “falocentrismo” (1956-57/1994, p.29) analítico: tratar-se-á de examinar se o privilégio conferido por Freud ao falo torna esse conceito capaz de suturar, de maneira válida, a heterogeneidade do objeto. Parece-me que essa esperança é testemunhada pelas definições de falo, cujas vicissitudes se encontram até “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1958), como “a libra de carne paga pela vida para fazer dele o significante dos significantes” (LACAN, 1958, p.630). Notemos que a invisibilidade dessa “libra de carne” pretende fazê-la participar do real, apesar de sua textura corporal: os exemplos invocados por Lacan — “o falo perdido de Osíris embalsamado” (Idem) ou ainda, mais tarde, o coração de Shylock (LACAN, 1962-63/2004, p.250 e ss) — não deixam dúvida sobre esse ponto.

Mas o objeto da privação é decididamente recalcitrante para se deixar subsumir pelo falo: o que melhor o caracteriza é o fato de ele se apresentar sob

os auspícios de um valor que “marca”, ou seja, que significa — no sentido da designação, da *Bedeutung* — sem nada representar.

Há uma passagem do Seminário, livro 4 que parece mostrar isso de modo muito claro. Ei-la:

“O que acontece se o agente simbólico [Lacan se refere a seu escrito da frustração como falta imaginária de um objeto real devida a um agente simbólico], o termo essencial da relação da criança com o objeto real, a mãe [...], não responde mais [...] ao apelo do sujeito? [...] Ela decai. [...] Até então, ela existia na estruturação como agente, distinto do objeto real que é o objeto da satisfação da criança. Quando ela passa a responder apenas [...] ao seu agrado, sai da estruturação e se torna real, isto é, torna-se uma potência.”

Enfatizo, sem entrar em detalhes, o termo ‘potência’, cujo papel de en-cruzilhada entre falo e objeto a é absolutamente essencial, sobretudo no texto “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache” (LACAN, 1960).

Mas retomemos a citação:

“Correlativamente, produz-se uma reversão da posição do objeto [...]. Esses objetos que, até então, eram pura e simplesmente objetos de satisfação se tornam, por meio dessa potência, objetos de dom. [...] Eles são a marca do valor dessa potência que pode não responder.” (LACAN, 1956-57/1994, p.29, grifos nossos)<sup>7</sup>

Desdobremos, com algum cuidado, a topologia do que acontece nessas linhas, em que vemos Lacan pensar também em uma direção do tratamento que ultrapasse o plano exclusivo da frustração. Podemos dizer que a “não-resposta da mãe”, de certo modo, torna instável o ternário frustração, privação e castração:

1. O agente até então simbólico, apto a fazer passar o objeto real da necessidade à representação, a interpretá-la, tornou-se ele próprio real;

2. Mas a falta, esperando ser “efetivamente concebida [...] no plano simbólico” e, em seguida,<sup>8</sup> passar para o real — o que, vimos, define a privação —, permanece imaginária;

3. Disso deduz-se o caráter inelutavelmente simbólico, mesmo que, em certo sentido, exorbitante, do objeto em causa — algo que é, parece-me, indicado por Lacan ao falar de “marca do valor”.

<sup>7</sup> Notemos que essa temática do dom como “fato social total”, constitutivo do “ser legal” do homem, tinha sido abordada por Lacan em “La chose freudienne ou sens du retour à Freud en psychanalyse” (1956, p.15).

<sup>8</sup> Lembremos que, mais tarde, o conceito será definido por Lacan, de maneira muito precisa, como “um significante que comanda[ria] no real segundo sua causalidade mais íntima” (1962-63/2004, lição de 19 de junho de 1963).

Em resumo, real e simbólico trocam de lugar, valendo-se da mesma falta imaginária.

Essa situação inédita na teoria, porém muito pertinente na clínica da neurose — a falta imaginária de um objeto simbólico decorrente de um agente real —, é intermediária entre a privação, da qual toma emprestada a caracterização simbólica do objeto, e a castração, com a qual partilha o *status* real do agente.

Toda a questão aqui é saber em direção a qual das duas formas estáveis da falta de objeto, de certo modo situadas para além da frustração, a análise orientará preferencialmente essa situação.

Poderá ir em direção à privação, se o sujeito trocar<sup>9</sup> sua falta imaginária pela falta real dessa “potência”, prestando-lhe um culto que tomará abertamente uma forma mais ou menos mítica, por exemplo, da “causalidade familiar” (SOLER, 2006). Aqui, a única operação que pode desequilibrar essa dialética da crença se confunde com o que, mais tarde, Lacan indicará como “extração”<sup>10</sup> do objeto *a* (LACAN, 1958, p.553-554). Ou poderá ir em direção à castração, se o luto das “marcas” dessa potência, uma a uma, chegar a ser consumido pelo sujeito. Com efeito, da mesma maneira que a etnologia acabou por fazer objeção à equivalência levistraussiana entre troca e dom (GODELIER, 1996/2002), pensar o objeto de satisfação como algo integralmente cambiável com a “marca do valor” se revela outro mito — do mesmo teor aproximativo que o de acreditar na possibilidade de subsumir na designação “falo” tudo o que ressalta do valor, inclusive a parte do valor, esse valor absoluto, que não é assimilável, nem pode ser relativizado nos circuitos da troca.

Um pouco adiante, nesse mesmo Seminário, o próprio Lacan parece, numa primeira leitura, subscrever essa aproximação: “O falo é este elemento imaginário pelo qual o sujeito se vê introduzido na simbólica do *dom*” (1956-57/1994, p.122, grifo nosso). Mas leiamos a passagem outra vez, com um pouco mais de atenção: com efeito, desde que o falo é posto nessa ambigüidade de registros, que o situam, a um só tempo, como simbólico (“elemento”) e como imaginário, seu “luto” (LACAN, 1958-59/1982, p.39) parece começar — esse luto ao fim do qual o “símbolo  $\Phi$ ” (Idem, lição de 22 de abril de 1959) terá sido retomado do lado do sujeito, e o falo, cessado de esmagar a estrutura por carregar a sombra de uma adequação imaginária entre uma falta supostamente reversível e o objeto dessa falta.



<sup>9</sup> Sendo o pivô dessa troca o objeto simbólico que é “a marca do valor”.

<sup>10</sup> Já veremos como essa operação é estreitamente solidária da passagem do falo do simbólico ao imaginário.

Em resumo, o grande esforço em dar lugar de fato à noção de privação na teoria redistribui de maneira decisiva, muito antes da “invenção” propriamente dita do objeto *a*, as cartas do jogo de valores: “a marca do valor”, brinde de gozo religado aos “traços” e aos “signos do amor” (LACAN, 1957-58/1998, p.342-345), assinala uma mais-valia<sup>11</sup> de Outra ordem, cuja indicação já não pode mais ser feita apenas pelo significante “falo”.

Recebido em 18/12/2006. Aprovado em 14/1/2007.

## REFERÊNCIAS

- DESANTI, J. T. (2001) Le *υποχειλνον* chez Aristote. *Corrélat*, n. 0.
- FREUD, S. (1895/1956) “Manuscrit G”, in *La naissance de la psychanalyse*. Paris: PUF, p.95.
- (1896/1956) “Manuscrit K”, in *La naissance de la psychanalyse*. Paris: PUF, p.130-131.
- (1937/1985) “Constructions en analyse”, in *Résultats, idées, problèmes*, tome II. Paris: PUF, p.269-281.
- GODELIER, M. (1996/2002) *L'énigme du don*. Paris: Flammarion.
- LACAN, J. (1956) “La chose freudienne ou sens du retour à Freud en psychanalyse”, in *Écrits*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1956-57/1994) *Le Séminaire, Livre IV: La relation d'objet*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1957-58/1998) *Le Séminaire, Livre V: Les formations de l'inconscient*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1958) “D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose”, in *Écrits*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1958) “La direction de la cure et les principes de son pouvoir”, in *Écrits*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1958-59/1982) *Le Séminaire, Livre VI: Le désir et son interprétation*. *Ornicar?*, n.26/27.
- \_\_\_\_\_. (1960) “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache: Psychanalyse et structure de la personnalité”, in *Écrits*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1962-63/ 2004) *Le Séminaire, Livre X: L'Angoisse*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1966-67) *Le Séminaire, Livre XIV: La logique du fantasme*. Inédito.
- \_\_\_\_\_. (1968-69/2006) *Le Séminaire, Livre XVI: D'un Autre à l'autre*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1969-70/1991) *Le Séminaire, Livre XVII: L'envers de la psychanalyse*. Paris: Seuil.

<sup>11</sup> Mais-valia que se reencontrará na ereção ulterior do “mais-de-gozar” como contravalor próprio ao objeto *a* (LACAN, 1969-70/1991, p.49 e ss).

- LECLAIRE, S. (1999) "L'objet a dans la cure", in *Rompre les charmes*. Paris: Seuil.
- PELLION, F. (2007) Figures cartésiennes de l'"exclusion interne". *Cliniques Méditerranéennes*, n. 76, p. 207-216.
- SOLER, C. (2006) Nomination et contingence. *Champ lacanien*, n. 3, p. 13-19.

Frédéric Pellion  
f.pellion@wanadoo.fr